



## **A CONSTRUÇÃO POLÍTICA DA NEUTRALIDADE DOS DISPOSITIVOS: O DILEMA DA CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA DOS ALIMENTOS ORGÂNICOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA REDE ECOVIDA**

*Jeferson Tonin<sup>1</sup>  
Paulo André Niederle<sup>2</sup>  
Claire Dorville<sup>3</sup>*

1 Doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS); Professor da Universidade Federal do Amazonas (IEAA/UFAM); jeferson.tonin@hotmail.com

2 Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ); Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR; PPGS/UFRGS)

3 Doutoranda em Economia (Université de Montpellier); Pesquisadora do Centre de Cooperation Internationale em Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD/França)

O artigo analisa se a produção participativa de um dispositivo, o selo de certificação orgânica, reforça ou coloca em risco sua força institucional, ou seja, sua capacidade de orientar a ação dos atores e evitar tensões críticas que interroguem sua legitimidade. Essa questão emerge de um paradoxo que se encontra na literatura sobre mercados e instituições: se a força institucional dos dispositivos reside na aparência de neutralidade e objetividade, o que ocorre com aqueles que são produzidos em espaços de intensa participação social, onde as negociações políticas subjacentes à construção do dispositivo são amplamente publicizadas? Essa discussão é realizada a partir de dados obtidos por meio de observação de reuniões e entrevistas com agricultores e mediadores sociais vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia. Os resultados demonstram que a certificação participativa constitui um dispositivo que opera a partir de uma lógica de julgamento diferenciada, em que a legitimidade do mesmo se ampara na publicização dos conflitos inerentes ao processo de construção social e política das normas e padrões.

**Palavras-chave:** Instituições; Mercados; Certificação; Normas; Conflitos.

The article analyzes if the participatory production of a device, the organic certification label, reinforces or jeopardizes its institutional strength, that is, its ability to guide the action of the actors and avoid critical tensions that question its legitimacy. This question emerges from a paradox found in the literature on markets and institutions: as the institutional strength of a device resides in its appearance of neutrality and objectivity, what happen to those devices that are produced in spaces of intense social participation, in which the political negotiations to its construction are widely publicized? This discussion is carried out based on data obtained through observation of meetings and interviews with farmers and social mediators linked to the Ecovida Agroecology Network. Results demonstrate that participatory certification is a device that operates from a differentiated judgment logic, in which the legitimacy is supported by making public the conflicts inherent to all process of social and political construction of rules and standards.

**Keywords:** Institutions; Markets; Certification; Standards; Conflicts.

El artículo analiza si la producción participativa de un dispositivo, el sello de certificación orgánica, refuerza o pone en peligro su fortaleza institucional, es decir, su capacidad para guiar la acción de los actores y evitar tensiones críticas que cuestionan su legitimidad. Esta pregunta surge de una paradoja encontrada en la literatura sobre mercados e instituciones: ¿si la fortaleza institucional de los dispositivos reside en la apariencia de neutralidad y objetividad, qué sucede con aquellos que se producen en espacios de intensa participación social, donde las negociaciones políticas subyacentes a la construcción del dispositivo son ampliamente anunciadas? Esta discusión se lleva a cabo con base en los datos obtenidos a través de la observación de reuniones y entrevistas con agricultores y mediadores sociales vinculados a la Red Ecovida de Agroecología. Los resultados demuestran que la certificación participativa es un dispositivo que opera desde una lógica de juicio diferenciada, en la cual la legitimidad está respaldada por la publicación de conflictos inherentes al proceso de construcción social y política de normas y estándares.

**Palabras clave:** Instituciones; Mercados; Certificación; Normas; Conflictos.

## Introdução

Desde a década de 1990, diferentes dispositivos de qualificação têm sido incorporados à dinâmica dos mercados. O setor alimentar é aquele em que este processo se mostra mais expressivo, acumulando inúmeros selos e certificados que visam traduzir aos consumidores as qualidades diferenciais dos alimentos (orgânicos, saudáveis, sustentáveis, tradicionais, artesanais etc.). Este processo é tão expressivo que Goodman (2002) chegou a associá-lo a uma “virada para a qualidade” nos mercados alimentares. Por sua vez, Bostron e Klintmam (2008) mencionaram uma “inflação dos selos” que, mesmo facilitando a circulação de informações, complexificou e dificultou as escolhas dos atores econômicos. Na mesma perspectiva, vários estudos analisaram como esses dispositivos são manejados pelos produtores e consumidores (RIAL, 2010; NIEDERLE; RADOMSKY, 2017; DAVID; GUIVANT, 2018).

Esses dispositivos procuram carregar uma aparência de neutralidade, no sentido de que eles se apresentariam como meros transmissores das características objetivas dos produtos. Mesmo quando são empregados para identificar “atributos de crença” – ou seja, que não são diretamente acessíveis por meio do consumo ou experiência – eles tentam se manter fiéis à imagem de objetividade e imparcialidade, respaldando-se, para tanto, na legitimidade de discursos técnicos e científicos. E é importante que seja assim, pelo menos se há pretensão de que os atores sociais sigam acreditando nesses dispositivos. Como sugere Douglas (1998), a força das instituições reside na sua capacidade de naturalização das decisões políticas, de maneira que, quanto menos se conhece a origem dos interesses e princípios que as definem, menos se questiona sobre sua pertinência, e mais forte ela se torna. Nos termos desta antropóloga, os dispositivos

[...] precisam de um princípio naturalizador, a fim de conferir o brilho da legitimidade àquilo que eles querem

fazer. [...] Assim, as instituições sobrevivem àqueles estágios em que eram convenções frágeis. Elas se baseiam na natureza e, em consequência, na razão. Sendo naturalizadas, fazem parte da ordem do universo e, assim, estão prontas para fundamentar a argumentação. [...] Além disso, o empenho em fortalecer instituições frágeis assentando-as na natureza é derrotado tão logo seja reconhecido enquanto tal. É por isso que as analogias fundantes precisam ser ocultas e que o domínio do estilo de pensamento sobre o mundo do pensamento tem de ser secreto” (DOUGLAS, 1998, p. 61-62).

Na sociologia econômica contemporânea é entendimento comum que esses dispositivos são construções sociais que refletem as disputas políticas entre atores com diferentes interesses, valores e crenças (OOSTERVEER et al., 2010; MAZON, 2010; RADOMSKY, 2015; DAVID; GUIVANT, 2018). Nesta disciplina, também já existe extensa literatura analisando a capacidade performativa dos dispositivos sobre a ação social. Destacam-se os estudos sobre como os dispositivos definem um campo de possibilidades e limites para os atores, impelindo-os a agir de tal maneira que aquilo que eles fazem lhes parece ser, senão a única, uma das poucas alternativas que possuem (BLANDIN, 2002; CALLON, 1998; BUSCH, 2011). Este é precisamente o caso das certificações, as quais precisam ser naturalizadas a tal ponto que os atores simplesmente não questionem as normas e padrões que elas definem e, mesmo que o façam, restem ainda assim um número limitado de alternativas.

O caso da certificação participativa de alimentos orgânicos é ilustrativo. Desenvolvido a partir da forte crítica que os movimentos agroecológicos dirigiram à certificação auditada, este dispositivo criou novas possibilidades de ação social para atores que, em virtude dos custos do controle externo, provavelmente seriam excluídos do mercado se não pudessem utilizar sistemas participativos de garantia. No entanto, muitos agricultores criticam que, mesmo sendo por meio de um mecanismo participativo, em que eles contribuem

para definir as regras, ainda estão sujeitos aos limites impostos por um dispositivo inadequado às suas práticas (NIEDERLE et al., 2020). Com efeito, ao mesmo tempo em que há um aumento no número de adeptos da certificação participativa, ganham força as críticas à certificação orgânica de maneira geral, e alguns atores tentam desafiar o “pensamento institucional” (DOUGLAS, 1998) criando novos dispositivos.

O que é mais interessante com relação à certificação participativa, todavia, é o fato de que ela cria um paradoxo, o qual pode ser resumido na seguinte questão: como manter a imagem de neutralidade e objetividade de um dispositivo que foi criado para estimular a participação social, o que implica em expor os processos de negociação política que o definem? É este paradoxo que orienta a reflexão apresentada neste artigo. O objetivo é analisar se e como a produção participativa do dispositivo reforça ou coloca em risco sua força institucional. Para tanto, a partir da observação assistemática dos processos de certificação em grupos da Rede Ecovida de Agroecologia desde 2011, e de entrevistas individuais e coletivas com agricultores e técnicos desta organização entre março de 2018 e dezembro de 2019, buscamos identificar se o incremento da participação social tem como efeito principal a difusão e o reforço da lógica institucional que o dispositivo carrega ou, ao contrário, suscita um questionamento sobre sua pertinência.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, é realizado um resgate teórico sobre alguns aspectos da economia da qualidade com o intuito de apresentar a centralidade dos dispositivos. Em um segundo momento, a dimensão performativa e a neutralidade destes dispositivos são colocadas em discussão. Após isso, explica-se como opera a certificação participativa na produção orgânica com foco na atuação da Associação Ecovida de Certificação Participativa. Finalmente, analisa-se o paradoxo entre a neutralidade dos dispositivos e a participação social. As conclusões demonstram que a certificação participativa constitui um dispositivo

que opera a partir de uma lógica de julgamento distinta dos dispositivos de auditoria técnica, e cuja legitimidade e aceitação, paradoxalmente, amparam-se na publicização dos conflitos inerentes ao processo de construção social e política das normas e padrões.

## A centralidade dos dispositivos na economia da qualidade

Desde os anos 1970, reconhecidos economistas têm se esforçado para compreender como a qualidade afeta a dinâmica dos mercados (AKERLOF, 1970). Na época, a diferenciação qualitativa colocava um problema particularmente difícil para os modelos mais ortodoxos da economia neoclássica, nos quais os bens são homogêneos, as informações igualmente distribuídas e a qualidade se expressa claramente em preços diferenciados. Era desse modo que operava, por exemplo, o clássico estudo de Lancaster (1966), para quem todos os produtos poderiam ser decompostos em características mensuráveis, independentes e combináveis entre si. Como mais tarde demonstraram Valceschini e Nicolas (1995), esta representação da qualidade como “cesta de características objetivas”, um agregado de propriedades inerentes ao produto, preponderante no domínio das ciências e das técnicas industriais, ainda é amplamente prevalecente em diversos setores econômicos, inclusive no sistema agroalimentar.

Nos anos 1990, a Nova Economia Institucional reconsiderou a questão e propôs que a diferenciação entre os bens poderia ser analisada como um problema de assimetria de informações que aumenta os custos de transação (LAFFONT, 1991). Seguindo esta lógica, multiplicaram-se os sistemas de certificação e controle que definem a conformidade dos produtos a determinadas normas e padrões, dentre os quais os sistemas ISO e APPCC1 são os mais conhecidos. Mesmo assim, a qualidade continua sendo definida como um agregado de características mensuráveis, independentes e combináveis entre si. Mesmo assim, a qualidade continua sendo definida como um agregado de propriedades inerentes ao produto, preponderante no domínio das ciências e das técnicas industriais, ainda é amplamente prevalecente em diversos setores econômicos, inclusive no sistema agroalimentar.

do de medidas objetivas passíveis de codificação e mensuração, as quais, como afirma Eymard-Duvernay (2009, p. 138), “não tem nenhuma conotação moral; na verdade, nenhuma qualidade. Elas são somente grandezas naturais que podem ser objeto de mensuração pelas ciências da natureza”. Por sua vez, as incertezas qualitativas foram transformadas em riscos calculáveis e passíveis de incorporação em uma matriz de probabilidades (KARPIC, 1989).

De outro modo, nas áreas da gestão e do marketing começou a ser desenhada outra concepção, a qual define a qualidade a partir das preferências individuais de consumo (Porter, 2009). Neste caso, a qualidade deixa de ser discutida como algo intrínseco ao bem, para ser associada às múltiplas e variadas formas através das quais se pode atender aspirações sociais, econômicas, culturais ou hedônicas. Como afirma Allaire (2004), o reconhecimento dessa configuração imaterial da qualidade demonstra que um produto somente adquire qualidades pela mobilização de imagens mentais proporcionadas pelas redes sociais onde ele circula e ganha vida. São atributos naturais, sociais, culturais e econômicos, atuando por meio de imagens socialmente construídas, que tornam a identidade do produto reconhecível. A qualidade envolve a manipulação de signos e significados culturais (LASH; URRY, 1994). Como já afirmava Schumpeter (1983, p. 183), “uma coisa é bela porque ela agrada, ela não agrada porque ela é objetivamente bela”.

No entanto, os estudos do marketing exageraram a soberania do indivíduo, de modo que, para se contrapor a isso, as ciências sociais acrescentaram a compreensão de que, “a qualidade de um produto é uma construção situada na interseção de ação econômica, inovação técnica, práticas jurídicas, conhecimento científico e debate político” (MUSSELIN; PARADEISE, 2005, p. 118). Além disso, alguns autores reposicionaram a questão dentro de um contexto de “incerteza radical”, o que significa que o problema não está apenas na falta ou assimetria de informações, mas, sobretudo, no fato de que as informações são diferentemente interpreta-

das pelos agentes envolvidos nos processos de qualificação (THÉVENOT, 2002; EYMARD-DUVERNAY, 2009; KARPIC, 1989). Esta perspectiva coloca em evidência um problema de incertezas avaliativas associadas à existência de diferentes sistemas de julgamento ou cálculo, ou seja, da constituição de um quadro valorativo comum que permitem aos atores chegar a um acordo sobre uma definição de qualidade (CALLON; MUNIESA, 2003; ALLAIRE, 2004).

Por fim, mais recentemente acrescentou-se a essa discussão a ideia de que esses processos de julgamento coletivo não podem se desenvolver sem algum tipo de suporte material. A qualidade não é uma construção puramente cognitiva. A interação entre diferentes atores que concorrem à definição de um conceito amplamente aceito de qualidade envolve necessariamente a presença de objetos, isto é, estamos diante de uma noção de “humanidade equipada” (THÉVENOT, 2002) que coloca em evidência o modo como os atores conectam-se através de redes que não são formadas exclusivamente por humanos, mas que dependem do intermédio de objetos – como há algum tempo insistem os teóricos da actor-network theory (CALLON, 1986, LATOUR, 1984). Com efeito, as normas e padrões da certificação geralmente estão fortemente ancorados em algum tipo de selo, o qual objetiva e naturaliza um sistema social de julgamento.

## Dispositivos e processos de objetificação

Na sociologia econômica, a abordagem da “performatividade” parte do pressuposto que os dispositivos condicionam a dinâmica dos mercados, uma vez que influenciam na realização dos cálculos e julgamentos que orientam a ação econômica (GARCIA-PARPET, 1986). Nesta perspectiva, Callon e Muniesa (2003) reexaminam a noção de cálculo, cuja definição é entendida como um fluxo composto por três etapas. Primeiro, definem-se as entidades mobilizadas para que

o cálculo seja realizado em determinado espaço. Trata-se da conta em si e do lugar em que é executada, seja um algoritmo na bolsa de valores ou uma lista de compras no supermercado. Segundo, faz-se uma associação entre os bens, isto é, uma comparação, de acordo com o cálculo realizado a partir das entidades destacadas. Finalmente, extrai-se desta associação um resultado que hierarquiza os bens a partir dos critérios utilizados. Isso significa que o valor atribuído a um bem é produto de fluxos, avaliações e classificações, e não é uma operação numérica instantânea.

Além disso, o cálculo ou julgamento deixa de ser uma ação meramente cognitiva para tornar-se uma relação entre humanos e objetos em um determinado espaço delimitado (AZIMON; ARAÚJO, 2010). Para Callon e Muniesa (2002), a produção de um bem econômico envolve um processo de objetificação, por meio do qual um produto tem suas características apreciadas por uma série de “calculative agencies”. Este processo também é central para a diferenciação entre “bens” e “produtos” proposta por Callon, Méadel e Rabeharisoa (2002). Segundo os autores, um produto pode ser visto como um momento específico da trajetória de qualificação de um bem, ao passo que um bem é um produto cujas qualidades estão estabilizadas em um dado conjunto de características. “No primeiro caso, a lista de qualidades está aberta; no último está (temporariamente) fechada” (CALLON; MÉADEL; RABEHARISOA, 2002, p. 200). A partir desta diferenciação, os autores destacam porque qualidade e qualificação são dois lados da mesma moeda. A qualidade é obtida ao longo de um processo de julgamento, e todo processo desenvolve-se com vistas a estabilizar um conjunto de características adicionadas ao produto.

Inúmeros autores já exploraram como esses processos de cálculo são centrais à organização dos mercados. Oosterveer e Spaargaren (2010) analisaram, por exemplo, a cadeia de aprovisionamento de peixes marinhos para discutir os mecanismos de governança informacional mobilizados por alguns atores como as garantias de qualidade. Além de demonstrar como rótulos,

certificados e artefatos informacionais asseguram a qualidade perante o consumidor, o estudo destaca que essa qualidade é maior quando estes dispositivos são manejados por organizações não governamentais, as quais, diferentemente do Estado, supostamente teriam maior neutralidade e perícia especializada. Por sua vez, Raud (2010) demonstra a centralidade deste tipo de dispositivo nas estratégias de mercado utilizadas pela empresa Danone/Nestlé para promover o iogurte Activia. Neste caso, o foco é o respaldo conferido por entidades científicas para certificar a ideia de “alimento funcional”. Como demonstra a autora, este mercado somente existe porque se acredita na capacidade de julgamento de dispositivos técnicos capazes de aferir efeitos benéficos de determinado componente (uma bactéria, por exemplo) de um alimento – muitas vezes sem qualquer preocupação sobre os efeitos dos demais componentes (açúcares, conservantes etc.).

Por seu turno, David e Guivant (2018) demonstram como operava o atestado “saudável para o coração” concedido, até 2014, pela Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) para alimentos que “fazem bem para o seu coração”, incluindo até mesmo margarinas e hambúrgueres. Este estudo demonstra a complexa teia de interesses econômicos e políticos que estavam por trás deste dispositivo julgamento. Além de questionar os processos de avaliação e sua capacidade de atestar algo tão complexo como a saudabilidade de um componente alimentar, as autoras expuseram o enorme negócio que era a concessão deste tipo de selo por inúmeras entidades médicas: em 2011, o selo rendeu cerca de 600 mil reais para a SBC. Foi a exposição desses interesses obtusos que forçou o Conselho Federal de Medicina (CFM) a proibir o uso deste tipo de selo não apenas pela SBC, mas também pela Sociedade de Pediatria, Gastroenterologia e de Medicina do Exercício e do Esporte. “Para o CFM, esses selos convertiam práticas médicas em comerciais e endossavam promessas de saúde que os produtos não poderiam cumprir” (DAVID; GUIVANT, 2018).

Boltanski (2013) também se soma ao grupo de pes-

quisadores que tem chamado a atenção para a incongruência da imagem de neutralidade dos dispositivos de governança.<sup>2</sup> Para tanto, o autor analisa as novas formas de dominação gestonária do capitalismo, as quais se amparam na aparente impessoalidade dos dispositivos. Essa impessoalidade é fundamental na medida em que oculta os agentes que possuem o controle dos dispositivos e exercem o poder. Isso é fundamental para desarmar a crítica política da dominação, já que “tudo assume a imagem aparentemente inquestionável da neutralidade (técnica) dos dispositivos.” (NIEDERLE; RADOMSKY, 2017, p. 241). No entanto, como sustentar essa imagem quando o dispositivo é resultado manifesto de disputas e tensões em arenas públicas, como é o caso da certificação participativa dos alimentos orgânicos?

## A certificação participativa de alimentos orgânicos

A certificação atua como um mecanismo de “naturalização” (DOUGLAS, 1998) e “objetificação” (CALLON; MUNIESA, 2002) dos valores e crenças que definem o produto orgânico. Além disso, a certificação assume a narrativa da neutralidade científica, como se o selo fosse expressão de um conjunto de atributos objetivamente verificáveis por meio de avaliações técnicas conduzidas por peritos. Pelo menos é assim que operam várias certificadoras que atuam como intermediários nos mercados alimentares mais convencionais. Na perspectiva destes atores, a própria definição de alimento “orgânico” associa-se à ausência de determinados insumos químicos sintéticos, o que poderia ser aferido via testes laboratoriais. Isso apenas não é feito de maneira recorrente porque, como se tornou a regra em vários setores, os procedimentos de controle migraram do foco nos produtos para os processos de produção.

2 Impossível não fazer referência aqui à tradição de estudos que foi desenvolvida na sociologia crítica a partir das formulações de Giorgio Agamben e Michel Foucault sobre dispositivos, poder e dominação.

Sendo assim, ao invés de checar se cada alimento (ou amostra) está contaminado por agrotóxicos, a auditoria recai sobre os métodos de produção, processamento e comercialização. Isso não altera, contudo, o objetivo central que continua sendo evitar a presença de insu- mos proibidos.

Este tipo de compreensão sempre esteve no centro dos conflitos entre produção orgânica e agroecologia. Mais do que um sistema técnico de produção, aferível por dispositivos de certificação, a agroecologia é considerada como um sistema de valores sociais que orienta não apenas os modos de fazer agricultura, mas as múltiplas relações entre humanos e natureza. Com efeito, as organizações agroecológicas historicamente se posicionaram contra a certificação, haja vista a impossibilidade de um selo sintetizar e traduzir esse complexo sistema de valores para os consumidores. No Brasil, esse conflito se expressou com mais intensidade a partir de meados da década de 1990, quando o governo criou o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO), responsável por conceber o embrião da atual legislação que regulamenta o mercado de orgânicos no Brasil. Com efeito, em 1996 surgiram as primeiras discussões que levaram, dois anos depois, à criação da Rede Ecológica de Certificação Participativa, a qual passou a articular organizações locais que, até então, estavam desarticuladas e dispersas em diferentes territórios do sul do país (NIEDERLE; DORVILLE; LEMEILLEUR, 2021).

Em 1999, o CNPO publicou a Instrução Normativa 07, que se tornou a primeira regulamentação nacional definindo a agricultura orgânica e estabelecendo as normas de produção, tipificação, processamento, distribuição, identificação e certificação de qualidade. Inicialmente, o interesse na regulamentação esteve associado ao cumprimento das exigências para ingressar no mercado europeu. Porém, a rápida expansão da demanda interna também estimulou a discussão sobre a criação de mecanismos de controle e certificação. A pressão pela certificação veio principalmente dos importadores, das empresas certificadoras e dos super-

mercados, os quais passaram a definir seus próprios padrões de qualidade e a pressionar o governo para adotá-los. Similares aos europeus, esses padrões se mostravam distantes da realidade brasileira, e os movimentos sociais logo perceberam que a certificação orgânica constituiria um dispositivo de dominação ou exclusão dos agricultores familiares, como relatou em entrevista um dos coordenadores da Rede Ecovida:

Eu tenho um documento de 1994... documento, assim, de três folhas. Está lá o site do Centro Ecológico. “Certificação e dominação”. Esse documento se tornou importante porque foi a primeira coisa escrita falando disso. Eu acho que nem fala de certificação participativa. Esse documento gerou muita indignação por parte das certificadoras de terceira parte, porque a gente os chamava de dominadores, imperialismo verde... falava mal dos europeus que estavam querendo trazer a sua metodologia. (Liderança social da Rede Ecovida. Entrevista realizada em novembro de 2018 em Torres-RS).

Quando a certificação se mostrou um caminho sem retorno, esses movimentos começaram a pressionar pelo reconhecimento de sistemas alternativos de garantia, os quais atuariam como um desvio da trajetória institucional predominante, garantindo passagem para ao acesso dos agricultores familiares aos mercados. Ao mesmo tempo, continuaram criticando a abordagem tecnocrática prevalecente na proposta de certificação sugerida pelo Ministério da Agricultura (MAPA), a qual se centrava na contaminação dos produtos. Seguindo os preceitos da agroecologia, esses movimentos sugeriam um olhar para a dinâmica de toda a unidade de produção, e não apenas a partir das práticas estritamente agrícolas, mas também dos processos sociais, culturais e políticos a elas associados. O grande desafio passou a ser, portanto, incorporar esses fatores na própria certificação participativa.

Após pressão social, muita negociação, e aproveitando a janela de oportunidade aberta pela nova coalizão

política que chegou ao governo federal em 2003, os movimentos agroecológicos conseguiram incorporar a certificação participativa como um dos modelos de avaliação da conformidade reconhecidos pela Lei dos Orgânicos (Lei n. 10.831/2003), posteriormente regulamentada pelo Decreto n. 6.323/2007, o qual estabeleceu o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg), e pela IN 19/2009, que definiu os parâmetros para registro dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (Opac). Com isso, o Brasil se tornou um dos poucos países do mundo a reconhecer formalmente os sistemas participativos (LOCONTO; POISOT; SANTACOLOMA, 2016; NIEDERLE et al., 2020).

Um pouco antes de 2003, quando a lei estava quase concluída, existia uma discussão dentro da Rede Ecovida, se a gente apoiaria a obrigatoriedade da certificação ou não, ou se deixava uma coisa facultativa. Isso não era uma coisa tão clara dentro da Rede. Mas as pessoas que estavam lá na frente conversando com os ministérios sobre as legislações, essas pessoas tinham a visão mais clara de que não era para ser obrigatório, porque a gente já teria um código do consumidor e vários outros instrumentos legais para dar conta disso. Mas a gente perdeu isso, na relação nacional com outras entidades, a gente perdeu isso, a obrigatoriedade foi colocada na lei. Aí a gente falou, então nós queremos fazer do nosso jeito. A gente já chamava certificação participativa. [...] E neste momento de tensão maior, a gente falou: ‘se a gente não tiver o nosso sistema aprovado, nós vamos trabalhar à margem da lei’. Nós não vamos certificar por uma empresa de auditoria. Isso causou uma tensão grande, o próprio Ministério deu uma recuada e a gente tinha as grandes redes de supermercado de Rio e SP que também acharam que era melhor então ter um outro caminho. E nesse processo a gente conseguiu garantir os SPGs. (Assessor Técnico da Rede Ecovida. Entrevista realizada em novembro de 2018 por vídeoconferência).

Eu tenho um documento, que está no site do Centro Ecológico, chamado 'Certificação: caminhos e desca-minhos', em que eu explico a posição da Rede Eco-vida. A Rede Ecovida era contra a obrigatoriedade da certificação. Sempre fomos contra as certificações obrigatórias. [...] Para a gente a certificação é válida, desde que seja voluntária e que o produtor decida agregar esse valor à sua produção. Senão, ele vai dizer que o café é orgânico e se eu me sentir incomodado com isso, o código de defesa do consumidor me protege. Assim, eu devo denunciar que esse café não é orgânico, assim como eu denuncio que se no café tiver batata-doce ou um caroço de abacate eu denuncio. Essa argumentação não passou, mas era nossa argumentação. E, para ser honesto, não passou não só por causa do Mapa. O próprio segmento da agricultura orgânica não com-prou totalmente essa argumentação. Mas aí, a partir do momento que se tornou obrigatório, nós queríamos que fosse nosso. O que nós queríamos era o OCS. Foi o Mapa quem inventou essa história de que a certificação participativa tinha que ter um representante jurídico e criou esse termo OPAC. Isso tinha a ver com a possi-bilidade de responsabilização legal. (Liderança social da Rede Ecovida. Entrevista realizada em novembro de 2018).

Em 2010, a Rede Ecovida de Agroecologia registrou o Opac denominado Associação Ecovida de Certificação Participativa, o qual se tornou o órgão formal respon-sável pela gestão da certificação dentro do arranjo de práticas mais abrangente que a Rede organiza, tais como a capacitação de agricultores por intermédio de ONGs, e a articulação de circuitos de comercialização via associações e cooperativas. Atualmente, o alicerce estrutural tanto da Rede quanto do Opac são cerca de trezentos grupos que compreendem cinco mil agricul-tores familiares. Estes grupos estão distribuídos em 31 núcleos nos três estados do sul do Brasil. Além disso, conectados aos grupos ou diretamente aos núcleos existem 35 ONGs e uma variedade de associações e cooperativas. Em abril de 2020, o Opac Ecovida res-

pondia por 5 dos 7,6 mil registros de certificação parti-cipativa reconhecidos pelo Mapa, o que faz desta orga-nização a mais importante do país, e uma das maiores do mundo, neste segmento.<sup>3</sup>

Embora os formatos, procedimentos e níveis de parti-cipação sejam variáveis entre os diferentes grupos e núcleos da Ecovida, todos compartilham de uma lógica similar no que diz respeito à incorporação dos agricul-tores como produtores do dispositivo de certificação. Essa participação ocorre em dois níveis. Primeiro, na produção das regras e padrões adotados pelo Opac. Desde que não se oponham às normativas nacionais, cada organismo pode definir regras mais rígidas ou criar especificações para processos e práticas não re-gulados pelo Estado. Nossa pesquisa nos demonstrou que, em geral, a Ecovida evita criar restrições tecnopro-ductivas mais rígidas do que aquelas definidas pela le-gislação, justamente para assegurar a inclusão de agri-cultores com menos recursos e que se encontram em estágios mais iniciais de transição para sistemas agroecológicos.

No entanto, esses organismos geralmente definem con-venções infralegais relacionadas com o que conside-ram ser os valores e as práticas sociais e políticas que definem a agroecologia, tais como a participação mí-nima em reuniões e cursos, a colaboração em iniciati-vas coletivas de comercialização, a adoção de práticas de comércio justo. Essas convenções se apresentam aos atores de forma objetivada e implícita, como um preceito de ordem moral. Elas prescrevem uma forma de ação a ser adotada sem precisar, para isso, consti-tuir um regulamento formal, mesmo que às vezes pos-

<sup>3</sup> No total, o ministério contabilizava 22 mil registros de pessoas físicas e jurídicas para produção e comercia-lização de alimentos orgânicos. Deste total, além dos 7,6 mil referentes à certificação participativa, 9,6 mil es-tavam associados à certificação por auditoria externa e outros 4,6 mil registros referiam-se a Organizações de Controle Social (OCS) que atestam (sem certificação) a conformidade por meio de sistemas de autocontrole in-ternos aos grupos, o que é permitido apenas na venda direta dos alimentos dos produtores aos consumidores.

sa institucionalizar-se em uma regra ou norma escrita. Ademais, elas não necessitam de uma ameaça explícita de sanção. Os indivíduos a seguem em virtude da possibilidade de desaprovação social, cujos efeitos podem ser ainda mais sentidos que aquele decorrente de uma coerção por instrumentos jurídicos (BATIFOULIER; LARQUIER, 2001).

O segundo nível de participação é relativo aos procedimentos de controle e avaliação da conformidade orgânica. O princípio básico da certificação participativa é a criação de grupos de agricultores (e, eventualmente, consumidores) que realizam processos de controle cruzado. Para tanto, cria-se uma Comissão de Verificação (instância definida por lei) que, no caso da Ecovida, é formada por representantes dos diferentes grupos (sendo uma Comissão por núcleo). Esta comissão executa o trabalho que, na certificação por auditoria externa, é confiada a um perito técnico, com a diferença de que, no sistema participativo, todo o processo ocorre com intensa discussão acerca do que está sendo verificado, dos resultados e dos procedimentos para correção dos problemas. Enquanto o auditor da certificação de terceira-parte é legalmente proibido de fazer qualquer observação ou recomendação aos agricultores, na certificação participativa os membros da Comissão não apenas o fazem, como incitam o próprio agricultor e grupo verificados a reagir às sugestões e críticas.

Para compreender esse processo, é importante descrever brevemente o processo de verificação, ainda que haja pequenas variações entre os núcleos. O primeiro passo é o agricultor – geralmente a família – ingressar em um grupo, para o que, em alguns casos, necessita-se de um processo de “apadrinhamento” (aval e acompanhamento) por outro agricultor. A maioria dos núcleos estabelece um período mínimo de participação em reuniões e cursos antes que o novo ingressante possa demandar a certificação. O objetivo é fazê-lo entender os princípios da agroecologia e da certificação participativa. Após cumprir esta exigência, o agricultor demanda ao seu grupo (formado por 5 a 15 famílias) uma visita de verificação da sua propriedade. O primei-

ro passo é uma visita dos demais membros do próprio grupo, o que se denomina legalmente como Visita de Pares. Caso o grupo considere que está tudo adequado, o ingressante demanda à Comissão de Verificação o procedimento da Visita Cruzada (“olhar externo”), na qual representantes de outros grupos do mesmo núcleo são enviados para realizar os procedimentos de avaliação.

A Visita Cruzada geralmente toma um dia completo para analisar duas ou três propriedades do mesmo grupo. O grupo todo é convidado a participar, afinal, o que está em jogo não é apenas o certificado do novo ingressante, mas de todo o grupo – em caso da recorrência de inconformidade, todos os agricultores do grupo podem perder o certificado<sup>4</sup>. Até hoje, isso nunca aconteceu nos grupos avaliados. Além disso, trata-se de um dos principais momentos de aprendizagem coletiva. Diferentemente do check list informal executado pelo perito técnico, a verificação executada na certificação participativa se passa como uma grande conversa enquanto todos caminham pela propriedade. Quem não conhece o assunto, corre o risco de não perceber que ali está ocorrendo não apenas um processo de controle minucioso que coloca em questão não apenas o que se observa (o produto, os insumos utilizados, a paisagem etc.), mas também as práticas que deram origem àquilo e os significados que as definem – algo que os peritos técnicos, em virtude do método que utilizam, não têm condições de apreender.

Todos os integrantes do grupo se dirigem para a propriedade que vai ser monitorada naquele dia. Se faz a visita de campo, olha tudo, como está. E também se olha o caderno de campo, o cadastro... o cadastro todos já conhecem, porque já estamos juntos há muito tempo. Então se olha o caderno de campo para verificar a origem das sementes e mudas e insumos apli-

<sup>4</sup> As visitas são abertas e geralmente são acompanhadas por membros de ONGs vinculadas ao movimento agroecológico, consumidores, pesquisadores e gestores públicos.

cados. Também se discute assuntos que aconteceram nas assembleias do núcleo, são repassadas para os colegas que não foram, porque de cada grupo, um ou dois precisam ir na assembleia e eles precisam trazer as informações para os demais colegas, e é nessas reuniões do grupo que se transmite essas informações. Também, talvez seja uma particularidade do nosso grupo, a gente sempre cria, no final, um momento de confraternização, algum lanche... às vezes, até um almoço. Porque além de sermos um grupo, somos amigos também. [Além disso] se conversa sobre a propriedade, se a pessoa tem dificuldade em algum processo da produção, se tem alguma praga que está atrapalhando... pergunta se os colegas têm alguma experiência nesse assunto para poder ajudar e também olha se tem algum risco que possa causar contaminação na sua lavoura, algum vizinho que não tenha uma proteção... essas coisas. (Agricultora. Entrevista realizada em dezembro de 2018).

Ao final do dia, todos que participaram da visita se reúnem para uma discussão sobre as observações da comissão de verificação. Neste momento, não apenas o resultado do cálculo ou julgamento (CALLON; MUNIESA, 2003) é colocado em discussão, como os próprios instrumentos de cálculo são analisados, criticados e reformulados. Os agricultores questionam o que foi observado e justificam suas práticas. Mas também indagam sobre os fatores que eventualmente não entraram no julgamento. É a ocasião para intensificar o peso de fatores socioculturais e políticos: condições socioeconômicas da família; hábitos alimentares; mão de obra disponível; relação com a comunidade; comprometimento com o movimento social; etc. Embora o peso destes fatores jamais altere o resultado caso alguma inconformidade técnica grave tenha sido verificada (uso de agrotóxicos, por exemplo), eles podem afetar o julgamento moral que também está sendo realizado naquele momento, e que, para o agricultor verificado, frequentemente é mais importante do que o técnico. Afinal, ele está expondo não apenas a horta, o pomar

ou a lavoura para seus vizinhos e sua comunidade, mas um conjunto de práticas sociais que precisam ser legitimadas publicamente. Com efeito, os maiores conflitos geralmente não emergem da adoção ou não de uma técnica de produção, mas do comportamento que o agricultor adota perante o grupo, ou seja, dizem respeito ao cumprimento das convenções infralegais: por que somente uma parte da propriedade possui produção orgânica? Por que não participa mais assiduamente das reuniões? Por que está vendendo para um atravessador ao invés da cooperativa? etc.

É a autonomia e a participação. Credibilidade também. A gente faz a certificação do nosso grupo e dos outros grupos. Então, a gente tem um processo bem de confiança. Também tem que ser um processo limpo, aberto. A gente tem que conversar com os outros do grupo, visitar as propriedades. Acho que o motivo mais importante é a parte da confiança, ser transparente, fazer as coisas certas. Mas a Rede, o que eu gosto mais nela é a participação. Todo mundo tem que participar das coisas, fazer as coisas. Isso que é o mais importante. Diferente das certificadoras por auditoria. Eu não conheço muito bem, porque a gente nunca participou, mas conheço porque falam. Tu é auditado mesmo. Vem alguém lá te fiscalizar. Se tá tudo certo ok, se não tá certo, tu tem que se adequar. E aqui, às vezes, tem alguma coisa, por exemplo, tem alguma coisa que não tá certa. "Ah, tem que organizar mais alguma coisa" "Isso e aquilo". A gente conversa e acha uma solução pro grupo, pra propriedade, pra família em si. E na auditoria não. Se não tá certo, eles não vão te dar o certificado e pronto. (Agricultora. Entrevista realizada em dezembro de 2018).

Ao elucidar o processo pelo qual opera a certificação participativa de alimentos orgânicos, bem como as transformações observadas desde sua institucionalização, é possível perceber que os conflitos são intrínsecos ao funcionamento dessas organizações, a exemplo

das tensões que marcam toda a história da Rede Eco-vida de Agroecologia e, particularmente, do processo coletivo de verificação que se materializa nas Visitas Cruzadas. É a partir dessa lógica que, diferentemente da certificação por auditoria, coloca-se em questão o aspecto imparcial e neutro do selo oriundo de certificação participativa.

## O falso paradoxo

Quando os sistemas participativos de garantia foram aceitos pelo Estado, as certificadoras privadas e alguns técnicos o acusaram de ser permissivo com um mecanismo pouco confiável e sujeito a fraudes, já que os próprios agricultores certificariam uns aos outros. Com efeito, supermercados, importadores e empresas de processamento impuseram a certificação por auditoria para seus fornecedores, de modo que a certificação participativa ficou inicialmente restrita aos circuitos de venda direta. Atualmente, transcorrida uma década desde que os Opacs começaram a atuar, esta é uma desconfiança superada dentro do setor. As avaliações realizadas até aqui demonstram que o percentual de alimentos certificados com algum tipo de inconformidade é muito pequeno e, ademais, que não existem diferenças significativas entre controle auditado e participativo.<sup>5</sup> Em virtude disso, e pressionados pelo aumento expressivo da demanda por orgânicos, os supermercados incorporaram a certificação participativa – o que agora resulta em críticas internas ao movimento agroecológico sobre esse processo de “apropriação” ou “convencionalização” (BASTIAN; WAQUIL, 2020).

Dentre os agricultores entrevistados, é patente a compreensão de que o controle por meio do sistema parti-  
<sup>5</sup> Em 2012, o estado de Santa Catarina criou um programa para monitorar e inspecionar alimentos orgânicos. Desde então, quase quatrocentas amostras são coletadas todos os anos em diferentes mercados e enviadas para análises laboratoriais. De acordo com os resultados, 95% das amostras não apresentam contaminação pelos 257 agroquímicos analisados, e não existem diferenças expressivas entre os sistemas certificação.

cipativo é inclusive mais rigoroso do que a certificação auditada. Cabe destacar que há agricultores com ambos os sistemas em virtude da exigência de algumas empresas. A diferença, segundo eles, está no fato de que a impessoalidade, technicalidade e neutralidade do auditor, que geralmente visita a propriedade uma vez por ano, apenas oculta o fato de que ele possui um conhecimento muito limitado do que ocorre na propriedade rural. Seu sistema de julgamento parece preciso porque composto de fatores supostamente objetivos de cálculo (sua lista de checagem). De outro modo, segundo os agricultores, a certificação participa envolve um processo cotidiano de controle coletivo, em que os vizinhos se observam uns aos outros, gera-se confiança e, ao mesmo tempo, o medo da desaprovação social. Para a maioria dos agricultores, isto é muito mais relevante do que o risco de ser penalizado com a perda do selo.

Então, ela [a certificação participativa] é muito mais presente, ela está ali, ela é vivenciada toda hora, enquanto a certificação por terceira parte vem uma vez por ano, preenchem formulários, assinam compromissos e tudo, e, se der algum problema, a responsabilidade é sua. Pra mim, ela [terceira parte] é muito ineficiente. Na participativa, pelo processo de fiscalização, de certificação compartilhada, se um está fazendo algo que não está de acordo, o outro, por necessidade, vai orientar, “ó, você tem que fazer assim”, vai buscar orientação. E na auditada não, está certo ou está errado... se está errado, “se vira”. Por isso, a participativa dá mais confiança pro consumidor, dá mais credibilidade nesse aspecto. (Agricultor. Entrevista realizada em dezembro de 2018).

Em face do que foi apresentado até aqui, pode-se concluir que o paradoxo inicialmente exposto acerca da objetividade e neutralidade do dispositivo precisa ser reconsiderado em novos termos. Enquanto a certificação por auditoria necessita sustentar a todo custo seu ar de objetividade técnica, sem o qual ela perderia toda

credibilidade, a certificação participativa opera com outras bases de julgamento e legitimidade. Trata-se de um dispositivo de cálculo diferenciado, no qual os fatores socioculturais também compõem a equação. Isso implica em reconhecer a própria impossibilidade de comparar a certificação participativa com a auditada, já que são dispositivos que operam a partir de diferentes “regimes de valoração” (THÉVENOT, 2002). A consequência, todavia, é que o resultado final deste processo de valoração ou julgamento não é o mesmo. As qualidades imputadas aos alimentos certificados por um ou outro sistema são diferentes – e é por isso que a maioria dos Opacs mantém uma referência explícita ao “alimento agroecológico” juntamente com o selo “orgânico”, termo que, também após muito conflito, acabou sendo o oficialmente adotado pelo Estado quando da regulamentação do setor.

Esta situação demonstra que não há uma incongruência no fato do dispositivo de certificação participativa ser produzido em um fórum público, negociado em um espaço de lutas morais e políticas que expõem o processo de construção social das normas e padrões, ou, como afirmam Callon e Muniesa (2002), dos “fatores do cálculo” – um processo que também existe na certificação auditada, mas que, neste caso, é ocultado para conservar a crença da neutralidade. Na verdade, operando sob outras bases, o dispositivo participativo legitima-se na transparência do processo sociopolítico que lhe é subjacente. Quanto mais evidentes as controvérsias, mais os atores sociais confiam na efetividade do dispositivo – e é justamente isso que assusta os adeptos da tecnocracia dos orgânicos: o medo de que algum dia os agricultores e consumidores entendam que não existe nada de natural, neutro ou objetivo no processo de controle executado pela certificação auditada. A única diferença é que, neste caso, os padrões a ser seguidos, foram definidos previamente e em outro espaço político, sem a presença dos agricultores e consumidores.

Por sua vez, a incongruência entre estas lógicas de valoração explica a preocupação dos agricultores e das

lideranças do movimento agroecológico em virtude do processo de “colonização” da certificação participativa pela rationale da auditoria. Segundo os relatos das entrevistas, juntamente com a expansão da demanda e a aceitação da certificação participativa pelos supermercados e empresas, vem uma crescente pressão da lógica tecnocientífica que se expressa, por exemplo, na burocratização dos controles, na padronização dos sistemas de informação, na criação de inúmeras fichas técnicas que precisam ser preenchidas, na exigência de comprovação do uso de insumos e sementes com notas fiscais, enfim, na incorporação gradativa dos fatores de cálculo típicos da certificação por auditoria. No caso da Ecovida, isto implicou inclusive na criação, em 2018, de um sistema informatizado para gestão dos documentos, o que tem repercutido em uma pressão (mediada pelos assessores técnicos) para que os grupos e núcleos padronizem determinadas práticas e rotinas técnicas.

Estas exigências afetam diretamente as práticas sociais, colocando em risco a lógica de julgamento da certificação participativa e, mais amplamente, fomentando um questionamento sobre a própria pertinência da certificação. Atualmente, em face da força dos Opacs – e, em particular, da Rede Ecovida –, sem os quais não seria possível atender a demanda por alimentos orgânicos, existem resistências e contramovimentos a essa pressão institucional, como pode ser percebido abaixo na fala de assessores técnicos da Rede Ecovida. Mesmo assim, é latente o receio de que, em virtude das mudanças recentes no Estado, do dismantelamento da coalizão, do pacto político e das políticas públicas que, desde 2003, sustentaram o reconhecimento da certificação participativa, os movimentos agroecológicos sejam forçados a encontrar novos dispositivos de qualificação, mais adequados ao reconhecimento dos princípios sociais e políticos da agroecologia.

De onde que sai a credibilidade? Sai do papel ou sai do controle social? Então, eu sinto que está migrando lentamente desse controle social mais para o controle

burocrático. Inclusive a gente tinha, num primeiro momento, feito um roteiro de visita. Eram várias perguntas. E eram perguntas para pegar todos os aspectos que a gente precisaria ter num “olhar externo” [visita cruzada]. E a gente, no começo, a gente começava a responder as perguntas. Então a gente fazia o olhar externo, depois sentava com o agricultor e aí respondia e fazia o questionário e ia anotando as perguntas e fazendo o registro. E rapidamente a gente acabou deixando de olhar fora [a propriedade rural] e acabamos ficando muito preocupados em preencher o questionário. Com o tempo a gente deixou de fazer tanto o olhar externo e tava muito mais preocupado em preencher o questionário. Como se o questionário fosse mais importante do que o olhar externo que a gente fazia. E aí com isso a gente também pegou e cortou a obrigatoriedade de fazer e responder o questionário por escrito. Tem um roteiro que usa para olhar e perguntar, mas você dá mais atenção para o que tá vendo do que para escrever. Então isso já foi uma adaptação, a gente percebeu que estávamos indo pro lado errado, vamos adaptar. Mas sempre existe uma pressão do próprio ministério pra que a gente volte a preencher o questionário. (Assessor técnico da Rede Ecovida. Entrevista realizada em novembro de 2018).

Hoje mesmo, dentro da Rede Ecovida nós já temos muitos agricultores que não querem selos orgânicos. E nós temos muitos produtos, dos agricultores dos grupos da Rede Ecovida que nem podem ter selos de orgânicos porque não se enquadram, que é por exemplo todo o caso dos produtos das frutas nativas [...]. A Rede passou a ser enxergada e eu acho que aumentou também internamente dentro da Rede Ecovida essa questão da certificação... eu acho que é um momento bem importante e necessário da Rede voltar a se entender, porque assim é a sua essência, ela é uma rede de agroecologia, onde uma das ações é a certificação. Mas passou a ser vista, e também é entendida por muitos, de que ela é uma rede de certificação. Acho que esse é o problema. [...] A galera vai tentar construir algum

outro projeto, como é o projeto agora que a gente tá construindo da marca, digamos assim, uma identidade dos produtos do extrativismo sustentável, que é uma galera que não quer nem ouvir falar de certificação orgânica. (Assessor técnico da Rede Ecovida. Entrevista realizada em novembro de 2018).

Como é possível perceber nas entrevistas, as mudanças na relação com o Estado, têm suscitado importantes discussões internas nos movimentos agroecológicos sobre essa trajetória de construção e reconhecimento da certificação participativa. É necessário recordar que a articulação que produziu a Rede Ecovida foi criada, em meados dos anos 1990, para se contrapor à certificação. Hoje, as lideranças mais antigas da Rede reclamam que a mesma se tornou praticamente sinônimo de certificação, e que, de fato, esta prática acabou ganhando um peso exagerado em comparação com os processos de formação para a transição agroecológica. Em parte, isso se deve ao modo como, gradativamente, a própria certificação participativa foi forçada a adotar lógicas tecnocráticas que lhe são estranhas. Todos os técnicos sem exceção reclamam que, atualmente, passam mais tempo preenchendo questionários e sistemas de informação do que assessorando os agricultores. Aliás, e esta é uma questão essencial, na medida em que essa colonização pela técnica avança, mais se demanda dos técnicos, que manejam os sistemas, e menos espaço se deixa aos próprios agricultores.

## Considerações Finais

Esse artigo abordou o tema da construção política da neutralidade dos dispositivos de certificação participativa em alimentos orgânicos, utilizando o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. Partimos da premissa teórica de que os dispositivos de qualificação precisariam adquirir um aspecto de imparcialidade, cuja origem geralmente parte de argumentos científicos. Somente assim as informações transmitidas seriam va-

lidades. Embora isso seja verdadeiro para a certificação orgânica por auditoria, em que a aparente neutralidade é construída para parecer ser resultado de um processo de qualificação neutro e baseado na técnica, esse artigo evidenciou que o processo participativo de certificação opera a partir de outra lógica, na qual a negociação, mais do que fazer parte da construção do dispositivo, é uma característica valorizada e importante para o cálculo.

A certificação participativa, como o próprio nome sugere, apenas tem sentido se operada a partir de uma dinâmica coletiva, na qual os próprios grupos estabelecem quais normas e procedimentos infralegais são aceitáveis, além da legislação que os orienta. Essa lógica coletiva de construção gera uma série de tensões internas, que ajuda a reconfigurar e a moldar o próprio processo de certificação. Se, no começo, uma das principais disputas se dava em torno da obrigatoriedade do selo para produtos orgânicos, atualmente, há novamente uma disputa em torno desse tema. Isso porque, pelo menos em alguma medida, a inserção desses alimentos em grandes redes varejistas fez aumentar a pressão para adoção de lógicas tecnocráticas, em detrimento da natureza coletiva do processo de certificação, o que desagradou uma parte dos agricultores, os quais já cogitam renunciar ao uso do dispositivo.

Em outras palavras, não apenas a imparcialidade não é um fator importante na certificação participativa, como a tentativa de diminuir a visibilidade das arenas de disputas e tensões faz que com a própria certificação seja questionada. Portanto, reitera-se que o processo participativo funciona com base em uma lógica distinta dos alimentos auditados por terceira-parte e é essa diferença, baseada na externalização dos conflitos e negociações, que sustenta a relação de confiança entre produtores e consumidores.

AKERLOF, George A. The Market for "Lemons": Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, Volume 84, Issue 3, 1970.

ALLAIRE, Gilles. Quality in economics: a cognitive perspective. In: HARVEY, Mark; McMEEKIN, Andrew; WARD, Alan. (eds.) *Qualities of food*. Manchester: Manchester University Press, 2004

AZIMONT, Frank; ARAÚJO, Luis. Governing firms, shaping markets. In: Luis ARAÚJO, Luis; FINCH, John; KJELLBERG, Hans. *Reconnecting marketing to markets*. Oxford: Oxford University, 2010.

BASTIAN, Lilian; WAQUIL, Paulo. Uma análise dos sinais da convencionalização dos mercados de orgânicos no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 53, p. 189-211, 2020.

BATIFOULIER, Philippe; DE LARQUIER, Guillemette. De la convention et de ses usages. In: BATIFOULIER, Philippe. *Théorie des conventions*, Paris: Economica, 2001.

BLANDIN, Bernard. *La construction du social par les objets*. Paris: PUF, 2002.

BOLTANSKI, Luc. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. *Sociologia e Antropologia*, v. 6, n. 3, 2013.

BOSTROM, Magnus; KLINTMAN, M. *Eco-Standards, Product Labelling And Green Consumerism*. Londres: Palgrave Macmillan, 2008.

BUSCH, Lawrence. *Standards: recipes for reality*. LONDON: The MIT Press, 2011.

CALLON, Michel. *Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc*. *L'anné sociologique*, n. 36, p.169-208, 1986.

CALLON, Michel; MÉADEL, Cécile; RABEHARIOSOA, Vololona. The economy of qualities. *Economy and Society*, v. 31, n. 2, 2002.

CALLON, Michel; MUNIESA, Fabian. *Les marchés éco-*

## Referências

nomiques comme dispositif collectifs de calcul, Réseaux, v. 21, n. 122, 2003.

CALLON, Michel. The embeddedness of economic markets in economics. In: CALLON, M. (Org.). The laws of the market. Oxford: Blackwell, 1998.

DAVID, Marília; GUIVANT, Júlia. Uma abordagem sociológica das certificações: o caso do selo de aprovação SBC. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 33, n. 98, 2018

DOUGLAS, Mary. Como as instituições pensam. São Paulo: EDUSP, 1998.

EYMARD-DUVERNAY, François. L'Économie des Conventions entre Économie et Sociologie. In: STEINER, Philippe; VATIN, François. Traité de Sociologie Économique. Paris: PUF, p. 131-164, 2009.

GARCIA PARPET, Marie-France. Estudo de caso de 'mercado auto-regulado': normas voluntárias e qualidade dos produtos da agricultura orgânica. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 4, n. 2, 2012.

GOODMAN, David. The Quality 'Turn' and Alternative Food Practices: reflections and Agenda, Journal of Rural Studies, v. 19, n. 1, 2002.

KARPIC, Lucien. L'économie de la qualité. Revue Française de Sociologie, Paris, v. 30, n. 2, p. 187-210, 1989.

LAFFONT, Jean-Jacques. Economie de l'incertain et de l'information. Paris: Economica, 1991.

LANCASTER, Kelvin. A new approach to consumer theory. Journal of Political Economy, Chicago, v. 74, n. 2, p. 132-157, 1966.

LASH, Scott; URRY, John. Economies of signs and space. London: Sage, 1994.

LATOUR, Bruno. Pasteur: guerre et paix entre les microbes. Paris: Métaillé, 1984.

LOCONTO, Alison; POISOT, Anne; SANTACOLOMA, Pilar. Innovative Markets for Sustainable Agriculture: How innovations in Market Institutions Encourage Sustainable Agriculture in Developing Countries. Roma:

FAO/INRA, 2016.

MAZON, Marcia. A transição nutricional e sua sociologia: o dilema alimentar no século XXI. In: GUIVANT, Julia; SPPARGAREN, Gert; RIAL, Carmen. Novas práticas alimentares no mercado global. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

MUSSELIN, Christine; PARADEISE, Catherine. Quality: a debate. Sociologie du travail, v. 47, p. 89-123, 2005.

NICOLAS, François; VALCESCHINI, Egizio. Agroalimentaire: une économie de la qualité. Paris: INRA-Economica, 1995.

NIEDERLE, Paulo; DORVILLE, Claire; LEMEILLEUR, Sylvaine. Diferenciação institucional na certificação de produtos orgânicos: uma comparação dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade no estado do Rio Grande do Sul. Revista de economia e sociologia rural, v. 59, p. e224827, 2021.

NIEDERLE, Paulo; RADOMSKY, Guilherme. Quem governa por dispositivos? A produção das normas e padrões para os alimentos orgânicos no Brasil. Tomo, v. 30, p. 227-265, 2017.

NIEDERLE, Paulo; LOCONTO, Alisson; LEMEILLEUR, Sylvaine; DORVILLE, Claire. Social movements and institutional change in organic food markets: Evidence from Participatory Guarantee Systems in Brazil and France. Journal of Rural Studies, 2020.

OOSTERVEER, Peter; GUIVANT, Julia; SPAARGEREN, Gert. Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: GUIVANT, J. S.;

PORTER, Michael. Competição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

RADOMSKY, Guilherme. F. W. O poder do selo: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar. 1. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

RAUD, Cécile. O mercado dos iogurtes funcionais. In: GUIVANT, Julia; SPPARGAREN, Gert; RIAL, Carmen.

Novas práticas alimentares no mercado global. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010, 334p.

RIAL, Carmen. As práticas alimentares e suas interpretações. In: GUIVANT, Julia S.; SPPARGAREN, Gert; RIAL, Carmen. Novas práticas alimentares no mercado global. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010, 334p.

SCHUMPETER, Joseph. Histoire de l'analyse économique. Paris: Gallimard, 1983.

THÉVENOT, Laurent. Conventions of co-ordination and framing of uncertainty. In: FULLBROOK, Edward. (Ed.). Intersubjectivity in Economics. London: Routledge, 2002. p. 181-197